

Ensino de Administração: Um Estudo da Trajetória Curricular do Curso de Graduação

Autoria: Manuela Ramos da Silva

Resumo

Observa-se que depois de quase meio século da criação do curso de graduação em administração no Brasil, este ainda tem sido alvo de críticas no que se refere à sua eficácia. Mesmo sofrendo algumas mudanças ao longo destes anos, nenhum dos atores envolvido no processo de formar administradores parece satisfeito com o resultado alcançado pelos cursos de graduação. Dentre as críticas mais recorrentes encontra-se a questão do currículo do curso. (FISCHER, 1980; NICOLINI, 2000; SKORA; MENDES, 2001; FISCHER, 2003).

Este trabalho investigou a trajetória curricular de três cursos, face as alterações legislação e o desenvolvimento os estudos sobre currículo. Assumimos os seguintes pressupostos: a) os currículos são alterados de forma a atender, preferencialmente, os aspectos legais em detrimento aos aspectos relacionados aos estudos curriculares; b) mesmo considerando o atendimento à regulamentação, as IES se orientam por uma análise superficial e limitada da legislação.

A estrutura deste trabalho será dividida da seguinte maneira: um breve panorama sobre ensino superior no Brasil, em particular do ensino de administração. Na segunda parte apresenta-se a revisão bibliográfica sobre a teoria curricular. Em seguida discutem-se as principais alterações na legislação dos cursos de graduação em administração. Por fim, apresenta-se a análise dos casos estudados.

Ensino Superior e Ensino de Administração

O ensino superior é um tema recorrente e atual no cenário nacional, como exemplo pode-se citar as discussões sobre a Reforma Universitária em trâmite no Congresso Nacional, e mais recentemente, a divulgação do Plano de Desenvolvimento Educação – PDE. Acrescenta-se o debate sobre o novo desenho para as instituições de ensino superior, denominado de Universidade Nova, cujo objetivo é a flexibilização de currículos e à criação de novos modelos acadêmicos. Logo as questões sobre currículo estão no centro das discussões atuais sobre a educação escolar, em especial no ensino superior.

Endente-se que a compreensão do presente, e inclusive, a construção de um futuro, passa pela análise e entendimento do passado. Neste sentido este trabalho propõe-se a investigar a trajetória do currículo do curso de administração, descrevendo a trajetória de três IES no Estado da Bahia. Para tanto se faz necessário contextualizar os principais eventos que caracterizaram a evolução do ensino superior no Brasil, em particular o ensino de administração.

A instalação do ensino superior no Brasil data de 1808 com a transmigração da corte portuguesa que então elevou a Colônia à condição de Reino, quando foram fundadas as primeiras escolas superiores. Porém, Sampaio (1991) observa que o ensino superior no Brasil só veio adquirir cunho universitário nos anos de 1930, em contraste com alguns países da América espanhola que, tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial, como o México e o Peru. Segundo Serpa (1996 apud SIQUEIRA, 2001), a evolução do ensino superior no Brasil caracteriza-se pela sua tardia instalação, sua implantação a partir de grandes escolas profissionais e sua origem pública, como iniciativa do Estado.

Já início do ensino de administração ocorreu nos Estados Unidos ou na França. Ambos os países reivindicaram o início do curso de administração de negócios no final do século XIX. Acredita-se que tal fato ocorreu pela contemporaneidade dos primeiros autores a escrever e discutir questões relacionadas à administração, durante o desenvolvimento daquela época: Frederic Taylor (1845-1915), nos Estados Unidos e Henri Fayol (1841-1925) na França.

No Brasil a história dos cursos superiores de administração começa logo no início do século, simultaneamente com um longo processo de definição sobre quais as fronteiras do campo do saber administrativo. Durante mais de seis décadas, o ensino das ciências administrativas se confundiu com o das Ciências Econômicas, até a definição do currículo mínimo do curso de graduação em Administração em 1966. Os primeiros cursos de administração no Brasil foram oferecidos pelas seguintes instituições: 1) Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN) em São Paulo, 1941; 2) Escola Brasileira de Administração Pública, (EBAP/FGV) , Rio de Janeiro, 1952; 3) Escola Administração de Empresa de São Paulo (EAESP/FGV), em São Paulo, 1954; 4) Escola de Administração (EA/UFRGS), Porto Alegre, 1950; 5) Escola de Administração (EAUFBA), Salvador, 1961; 6) Faculdade de Economia e Administração (FEA/USP) em São Paulo, que apesar de ter sido criada em 1946, só veio oferecer o curso de administração em 1963.

O ensino de administração no Brasil teve suas raízes calçadas na administração pública. Esta influência é trazida desde o Brasil Império, afirma Fischer (1984). Além do direcionamento para administração pública, o ensino de administração foi fortemente influenciado pelo conhecimento produzido nos Estados Unidos.

No último decênio, os cursos de graduação em administração multiplicaram-se. No cadastro de Instituições de Educação Superior, no sítio do INEP, encontramos 148 cursos/habilitações, somente, no Estado da Bahia. Administração, ainda, é o curso com maior número de matrícula, segundo o Censo da Educação Superior 2005, com o total de 620.718 (Portal Educação Superior, 2006).

Diante deste cenário torna-se relevante à preocupação com a organização e desenvolvimento curricular destes cursos, uma vez que os problemas acentuam-se na “razão direta de um maior grau de consciência das necessidade dos alunos como o futuro profissional e da inadequação das proposta curriculares” (FISCHER, 1980, p.2).

Observa-se que depois de quase meio século da criação do curso de graduação em administração no Brasil, este ainda tem sido alvo, desde seu início, de críticas no que se refere à sua

eficácia. Mesmo sofrendo algumas mudanças ao longo destes anos, nenhum dos atores envolvido no processo de formar administradores parece satisfeito com o resultado alcançado pelos cursos de graduação. Dentre as críticas mais recorrentes encontra-se a questão do currículo do curso. (FISCHER, 1980; NICOLINI, 2000; SKORA; MENDES, 2001; FISCHER, 2003).

Segundo, Fischer (2003) como pano de fundo dos problemas de ensino de graduação em administração, está a identificação da área como campo do conhecimento e como matéria de ensino, o que ocasiona uma fragmentação do conteúdo que se traduz em um rol de disciplinas agrupadas nos currículos sem critérios mais visíveis. Ou seja, os currículos não favorecem nem a instrumentalização para o exercício da profissão, nem uma visão pluralista de realidade que reconheça as contradições existentes na sociedade.

Esta questão também foi abordada por Castro (2001) no ensaio escrito com objetivo de levantar algumas críticas a estrutura vigente dos cursos de administração e discutir questões centrais na concepção dos cursos de graduação em administração.

Em suma, o autor faz a seguinte afirmação:

“o problema dos currículos convencionais de administração é que as matérias com sólida espinha dorsal são vistas superficialmente nos primeiros anos e as matérias práticas ou aplicada propriamente da administração não têm uma base teórica mais profunda que realmente ofereça os desafios e as calistênicas que educam os alunos”(CASTRO, 2001, p.4)

Estudos Curriculares e História do Currículo

Se partirmos da etimologia, currículo vem da palavra latina *Scurrere* que significa carreira, caminhada, jornada; contém, portanto a idéia de continuidade e de seqüência. É mérito Goodson (2003) descrever, em um dos capítulos de sua obra, a etimologia, a epistemologia e o emergir do currículo. Apesar do contexto utilizado pelo autor ser a Inglaterra nos serve de ponte para o entendimento sobre a origem, conceitualização e organização do currículo no discurso educacional.

Porém a existência dos estudos curriculares é identificada, para fins deste estudo, com a emergência deste como um campo profissional e especializado de estudos e pesquisas americanas a partir dos anos vinte (MOREIRA, 1990; GOODSON, 2005; SILVA, 2005). Segundo Moreira (1990) e Kliebard (1995 apud GESSER, 2002), este campo de atividade iniciou-se devido às mudanças sociais que emergiram com o advento da sociedade industrial e urbana da época. Sendo assim, pode-se afirmar que as mudanças provocadas pela Revolução Industrial no início do século XIX trouxeram conseqüências tanto na mudança da produção doméstica para a produção industrial quanto concomitante para administração e prática educacional.

Um dos aspectos que favoreceram que o campo de estudo do currículo surgisse no EUA foi a conexão entre o processo de industrialização e os movimentos imigratórios, intensificando a massificação da escolarização. Havendo, assim, o impulso para racionalizar o processo de construção, desenvolvimento e validação dos currículos escolares. Dá-se, assim, o início às teorias tradicionais, representado neste trabalho por dois movimentos extremamente significativos, impulsionados pela ciência, mas com propósitos diferentes. O primeiro deles se constitui pelo currículo tecnicista de Bobbit (1918) e Tyler (1949) e o outro se configura pela educação progressiva de Dewey nos anos 1920. Silva (2004) argumenta que esses movimentos provocaram uma grande ruptura com o então modelo curricular, o currículo humanista, que se centrava nos clássicos gregos e latinos.

Em síntese, as teorias tradicionais tomaram com óbvia a pergunta: qual o conhecimento deve ser ensinado? Este grupo aceita mais facilmente os conhecimentos e saberes dominantes, preocupando-se, dessa forma, com a melhor forma de transmiti-los. Nas palavras de Goodson (2003) são teorias curriculares que funcionam como “prescrições”. (p.47)

Esta perspectiva tecnicista do currículo permeou as ações dos gestores da educação e professores nos Estados Unidos e dessa forma chegou a países, como o Brasil, significando a transferência e reprodução de modelos oriundos daquele contexto, que seguiam a outros pressupostos e necessidades.

No campo do ensino em administração, é visível a influência norte-americana, tanto na concepção do currículo, como nos métodos de ensino e na formação dos professores. Sendo que esta realidade era hegemônica no início de sua implantação no Brasil, porém, atualmente este

campo sofre, também, influência da França, Canadá, Japão dentre outros.

Considera-se, que tanto o modelo tecnocrático, de Bobbitt e de Tyler, quanto às idéias progressistas de Dewey, constituíam uma reação ao currículo clássico e humanista. Enquanto, que estes modelos tradicionais de currículo só iriam ser contestados, a partir dos anos 70, com as teorias críticas, com destaque para os autores Louis Althusser, Pierre Bourdieu e Jean-Claude; Jean Claude Forquim; Michael Young; Michael Appel e Henry Giroux.

Para Silva (2004) as teorias críticas sobre currículo, em contraposição às tradicionais, começam a colocar em questão os arranjos educacionais existentes. As teorias críticas são teorias de desconfiança, questionamentos e transformação social. O importante para as teorias críticas, não é desenvolver técnicas de como fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender o que o currículo faz. A questão central estaria no “por que” revelando preocupações com as conexões entre saber, identidade do aprendiz e o poder.

A perspectiva crítica da teoria curricular dividiu-se em duas correntes principais: o “movimento de reconceptualização”, originada nos Estados Unidos; representado aqui por Michael Apple e “nova sociologia da educação”, na Inglaterra, representado por Michael Young. Nesta fase os estudos em currículo assumiram um enfoque nitidamente sociológico.

A partir da década de noventa as teorias pós-críticas incrementam os estudos no campo da teoria sobre currículo. As teorias pós-críticas ampliam, e ao mesmo tempo, modificam aquilo que as teorias críticas nos ensinaram. Há também um deslocamento na concepção do currículo para o conceito de discursivo em detrimento do conceito de ideologia por parte da sociedade, governo e dirigentes educacionais. As principais correntes da teoria pós-crítica discutem sobre questões ligadas ao multiculturalismo, aos estudos relações de gênero e a pedagogia feminista, a narrativa étnica e racial e os estudos culturais. No fim da primeira metade da década de 1990, a tentativa de compreensão da sociedade pós-industrial como produtora de bens simbólicos mais do que bens materiais, começa a alterar a ênfase contextual da estruturação dos currículos. Elementos novos passam a ser considerados na sua reestruturação, como multiplicidade e a multiculturalidade e seus inter-relacionamentos, produzindo híbridos culturais (LOPES;MACEDO, 2002).

Regulamentação do Ensino de Graduação em Administração

O ensino de administração no Brasil, historicamente, passou por três momentos quanto a sua regulação, marcado pelos currículos mínimo aprovados em 1966 e 1993, culminando com as Diretrizes Curriculares Nacionais homologadas em 2003.

Optou-se pela sistematização das determinações legais indicadas, no intuito de analisar a organização curricular e, as possíveis, alterações ocorridas junto as IES pesquisadas. Para tanto foram pesquisados os documentos considerados como mais significativos, ou seja, as resoluções e pareceres do Conselho Federal de Educação, denominado, em 1996, de Conselho Nacional de Educação.

O ensino de administração no Brasil encontra como precedente, para sua organização, a regulamentação da profissão de Técnico em Administração, através da Lei nº4.769/1965, que tornava o exercício da profissão privativo aqueles que possuíam a formação. Porém, a sua primeira regulamentação data de 08 de julho de 1966, através de uma resolução não numerada, que fixou o mínimo conteúdo e duração do curso. Esta resolução foi baseada no Parecer 307/66, relatado por Durmeval Trigueiro, que esclarece:

“as diretrizes do parecer se inspiram na análise das condições reais da administração no País e nos postulados que emanam da tal lei e da doutrina fixada na experiência nacional e internacional. Tivemos o cuidado de confrontar os currículos de todos os nossos cursos de administração e de ouvir os especialistas mais autorizados” (BRASIL,1966)

O relator considerou que o currículo mínimo descrito desta resolução deveria servir apenas como uma “espécie de cabedal sobre o qual o vivo dinamismo das escolas promove as mais diversas explorações, combinando livremente os seus elementos na formação de novos pontos de enfoque ou de novas disciplinas” (BRASIL,1966). Este alerta foi reforçado por Newton Sucipira, relator do parecer 85/70 sobre as normas de aplicação dos currículos mínimo

“o currículo mínimo será a matéria-prima a ser trabalhada pelo estabelecimento na organização currículo do curso, podendo ser complementada com outras matérias para

atender as exigências de sua programação específica, particularidades regionais e a diferenças individuais dos alunos. A complementação deverá obedecer aos princípios de flexibilidade e sobriedade e guardar relação com a natureza e objetivos do curso, evitando-se os currículos enciclopédicos” (Brasil, 1970)

Dessa forma, podemos concluir, previamente, que a primeira regulamentação do ensino de administração não apresenta a rigidez e o engessamento entendidos pela maioria instituições como dificultadores para elaboração dos seus currículos ou projetos pedagógicos e sim o não gozo de uma “liberdade que sempre deteve e raramente exercitou”.

O relator do parecer 307/66, esclarece que a enumeração que discrimina as matérias tem valor secundário. O que importa, antes de tudo, fixar sentido e objetivos das ciências administrativas, largamente aclarados pelas suas origens e evolução. (Brasil, 1966). Logo, caso as IES atendessem, somente, os conteúdos fixados pelo currículo mínimo corriam o risco de transformar os cursos em verdadeiras “fábrica de administradores” conforme descreveu Nicolini (2000) em seu estudo.

Para Nicolini (2000) essa regulamentação foi uma consequência da regulamentação profissional, logo cursava-se a graduação para que, com o diploma em mãos, estivesse habilitado ao exercício da profissão. O autor, concluiu que a prática de um currículo mínimo, garantia que a formação estava dentro de padrões básicos de qualidade e uniformidade necessários à obtenção do diploma e da prática profissional.

O currículo mínimo profissionalizante, aprovado em 1966, permaneceu vigente até 1993, quando sua reformulação foi aprovada pelo parecer 433/93, cujo relator foi o Prof. Clayrton Miranda Vieira. Esta nova proposta curricular foi regulamentada pela Resolução nº2/93.

Segundo, o referido relator a concepção de um currículo “há de ser de um conjunto solidário de matérias suficiente nucleares para atenderem, na sua fecundidade e segundo uma metodologia dinâmica, aos objetivos gerais e específicos trabalhado no currículo pleno”. Em outras palavras, implica ter no currículo mínimo um parceiro indicativo e não uma norma limitativa e inibidora. Berndt (1996) completa que com base nos dispositivos legais descritos é possível a “criação de currículos em número igual ao dos cursos [...]” (p.60).

“O problema essencial é criar uma arquitetura curricular como uma lista de matérias ou tópicos serem atingidos, numa visão empobrecida que, usualmente tem limitado e inibido a autonomia e a criatividade da escola na formulação e implementação de sua proposta pedagógica”(Berndt, 1996, p.60)

O Prof. Clayrton Miranda Vieira defendeu mais uma vez a “liberdade criadora em torno das disciplinas” e afirmou que as escolas raramente a exercitam. Tanto Prof. Durmeval quanto o Prof. Layrton Borges de Miranda Vieira relegam a um segundo plano o rol de matérias e propõem ênfase na metodologia do ensino.

Em sua análise comparativa dos currículos mínimos instituídos em 1996 e 1993, Berndt (1996) afirma que em ambos os currículos não se estabeleceu qualquer restrição ao número de horas/aulas por matéria em distribuição destas durante o período letivo”(p.60).

Diante do exposto, percebe-se que os gestores e coordenadores das escolas e dos cursos de administração fizeram uma interpretação superficial e limitada das diretrizes legais acima descritas.

Diante da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) todos os cursos de graduação passam ser conduzidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, conforme princípios determinados no Parecer 776/97. Editada em 20 de dezembro de 1996, a LDB, estabeleceu o fim da vinculação entre formação e exercício profissional, determinando que os diplomas constituam-se apenas em prova da formação recebida por seus titulares. Liberado o ensino da exigência de formação obrigatória do profissional, a nova LDB aponta no sentido de assegurar maior flexibilidade e diversidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade, tanto da formação prévia, como das expectativas e dos interesses dos alunos.

Somente em março de 2003, baseado no Parecer 134/2003, têm-se a aprovação das diretrizes curriculares para os cursos de graduação em administração instituídas através da Resolução nº 01/2004.

As diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em administração, segundo o parecer em tela, devem refletir uma dinâmica que atenda aos diferentes perfis de desempenho a

cada momento exigido pela sociedade, nessa “heterogeneidade das mudanças sociais” sempre acompanhadas de novas e mais sofisticadas tecnologias, a exigir contínuas revisões do projeto pedagógico de um curso para que ele se constitua a caixa de ressonância dessas efetivas demandas, através de um profissional adaptável e com a suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para que se ajuste sempre às necessidades emergentes (BRASIL,2003b).

Entende-se esse processo com uma oportunidade, e não como uma ameaça, logo os cursos de graduação em Administração não devem ficar atrelados aos padrões burocráticos. Este é o momento para revisão, análise e implementação de um Projeto Pedagógico que venha assegurar melhores níveis de qualidade, de legitimidade e de competitividade.

Apresentação e Análise dos Resultados

Diante do exposto pode-se questionar: Qual a trajetória dos currículos dos cursos de administração diante das mudanças na legislação? Qual o papel ou efeitos das teorias curriculares nas instituições de ensino superior? Estas foram questões orientadoras que permitiram investigar as IES a partir dos pressupostos assumidos neste trabalho.

Faremos agora, a descrição da trajetória curricular de cada escola, bem como das alterações curriculares promovidas por cada instituição e sua relação com os aspectos legais e os aspectos teóricos. Os casos pesquisados foram os cursos de administração da: Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Católica de Salvador - UCSAL e Faculdade Ruy Barbosa - FRB, portanto foram investigadas instituições de ensino superior de caráter público, confessional e privado, respectivamente.

O motivo pelo qual as escolas estudadas estarem situadas no estado da Bahia tem relação direta com a importância deste estado na trajetória do ensino de administração no Brasil, bem como sua posição de vanguarda neste cenário. O estado da Bahia foi considerado por Fischer (1984) como pólo de irradiação do ensino de administração juntamente com Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul representados pelas suas respectivas escolas, Escola de Administração – EAUFBA, Escola Brasileira de Administração Pública- EBAP/FGV e Escola de Administração –UFRGS .

Na UFBA o curso de administração foi instalado em 1959, sendo a primeira instituição de ensino superior a oferecer este curso no Estado da Bahia. O processo de implantação da Escola de Administração da UFBA foi fortemente influenciado pelo ideário desenvolvimentista instalado no Brasil pelo Governo Getúlio Vargas, bem como pela importação do modelo de ensino americano, decorrente, principalmente, de sua inserção no PBA-1. (FISCHER,1984). Já em 1959, foram convocados os alunos que cursariam o curso de graduação - bacharelado – em Administração de Empresas e Administração Pública.

Quanto às alterações curriculares encontraram-se registros que a EAUFBA redefiniu, pela primeira vez, a sua estrutura curricular em 1993, ou seja, depois de 34 anos da sua criação. Este novo currículo extinguiu a formação de administradores públicos ou de empresas, para formar bacharéis em administração. De acordo, com o projeto de reestruturação curricular procurou-se dá “uma visão abrangente ao estudante sem viesar para um dos campos e, ainda buscou possibilitar ao aluno uma verticalização do seu estudo em áreas do conhecimento administrativo para as quais se identificasse”(EAUFBA,1998).

Após 02 anos da nova estrutura implantada, a EAUBA, iniciou um processo de avaliação do funcionamento do curso, cujo objetivo foi “identificar dificuldades ou entraves, que porventura, estivessem a impossibilitar o alcance da formação desejada” (p.1). Em meio a esse processo de discussão na EAUFBA, o MEC convocou as IES a proporem as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação. A EAUFBA novamente se abre para discussão das qualidades necessárias aos profissionais e o conteúdo do curso, agora com a comunidade externa a escola, chegando ao seguinte perfil desejado do formando: formação pluralista, eclética e crítica, possibilitando-os atuar como: a)gestores de organizações: privadas, governamentais e/ou não governamentais – sejam elas industrias, comerciais e /ou de serviços, e de todos os portes: pequenas, médias ou grandes; b) empreendedores : com criatividade e flexibilidade para novas ideais, que lhes permita atuar numa realidade em constante modificações; e c) pesquisadores: com capacidade de desenvolver projetos e estudos voltados para o atendimento das demandas sociais na área de gestão. (EAUFBA,1998, p.2)

Dessa forma, estava se delineando mais um projeto de reestruturação curricular, a ser encaminhado para os órgãos competentes, em 1998, com a principal preocupação de oferecer “um curso enxuto, com estrutura de funcionamento de fácil entendimento e de praticidade,”(p.5). Vale ressaltar que apesar do MEC estar para firmar as diretrizes curriculares, a projeto de reforma foi elaborado em atendimento à resolução 02/93.

No projeto elaborado para fins desta reestruturação, encontrou-se o conceito de currículo adotado pela instituição: “conjunto de disciplinas destinadas à formação universitária do estudante, habilitando-o à obtenção de grau acadêmico e ao exercício profissional; e adequando-o as necessidade da sociedade.” (p.26)

Além de uma visão reduzida do conceito de currículo, e consequentemente da sua prática esta idéia está ultrapassada diante da nova LDB/96 que extinguiu o vínculo entre o ensino superior e o exercício profissional, conforme o seu Artigo 48: “os diplomas de curso superior reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida pelo titular”

Como ainda não havia regulamentação para os cursos de graduação em administração na época da criação da Escola de Administração da UFBA, conclui-se que houve uma transferência do modelo de ensino americano para o Brasil, assim como ocorrera nas primeiras escolas da Fundação Getulio Vargas.

Já o curso da UCSAL foi criado em 1970 na onda dos programas de reforma administrativa e de industrialização no estado. Portanto, considerando a necessidade de formar pessoal de nível superior na área de administração, capacitado para atender às demandas decorrentes do crescente surto de desenvolvimento econômico do estado, a UCSAL através do ato do seu reitor, monsenhor Eugênio de Andrade Viega, em 10/06/70, instalou o curso de graduação em administração, que veio efetivamente se somar ao único curso de administração existente na época no estado, o da UFBA.

A elaboração do projeto do curso e sua efetiva implantação ficaram a cargo de um grupo de três professores oriundos da Escola de Administração da UFBA, constituindo, assim, a primeira diretoria da Escola de Administração da UCSAL. Dentre as atividades estavam o recrutamento do corpo docente e a realização do vestibular dos discentes ingressos em 1970, foram, (Matta, 1995).

Quanto a sua organização curricular registram-se duas importantes alterações, a primeira em 1995 e a segunda, em 1999. Anterior a estas reformulações ocorreu um pequeno ajuste no ano de 1990. A reformulação 1995 objetivou atender a resolução 02/93, e preparar um profissional como uma visão sistêmica e integral da realidade, enquanto a de 1999 utilizou como base a idéia de Empregabilidade e Empreendedorismo (UCSAL, 1998)

De uma maneira ou de outra, a Escola de Administração da UCSAL reconheceu que

“os cursos de administração deviam abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informação, passando a orientar-se, de um lado, para formar sólidas competências na medida deste nível de ensino, e por outro lado, na medida da educação permanente. Preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional”(UCSAL, 1998)

Dessa forma, em 1998, a Escola de Administração de Empresas, juntamente com diversos cursos da Universidade, participou dos “Seminários sobre Diretrizes Curriculares” e sobre uma proposta de graduação para a UCSAL. Como resultado, a escola reelaborou o perfil do administrador que desejava formar, bem como suas competências e habilidades básicas, os conteúdos básicos e profissionalizantes. A montagem da proposta pedagógica para o Curso de Administração, tem agora como questão central os conceitos de Empregabilidade e Empreendedorismo. (UCSAL, 1998).

De acordo, com esta proposta o perfil almejado para o graduado em administração pela UCSAL tornou-se “agente de sócio-econômico criador de organizações produtivas, não só do ponto de vista de produtos/serviço, como também de mercados ou clientes potenciais.” (UCSAL, 1998). Sua característica principal será a capacidade de concretizar um conjunto de idéias num empreendimento viável. O egresso do curso de administração também assumiu um papel como agente de mudanças no meio social onde atua.

Apesar do Projeto Pedagógico não ser uma novidade instituída pela LDB, embora sua obrigatoriedade esteja mais explícita nesta lei, encontrou-se este documento apenas na Escola de Administração da UCSAL. Elaborado em 2004, o projeto pedagógico do curso de administração consolida a trajetória do curso.

Bem mais nova que as outras instituições de ensino pesquisadas, a FRB foi fundada em 1989, com os cursos de Administração e Tecnologia em Processamento de Dados. O compromisso assumido pela FRB é de formar profissionais capazes de interagir criticamente numa sociedade marcada por constantes transformações. “A instituição tem formado indivíduos competentes, empreendedores e críticos, valorizando os aspectos humanísticos da atividade profissional (Portal FRB)”.

Quanto à motivação para criação do curso de administração, os professores Nelson Filhoⁱ e Luis Marquesⁱⁱ elencaram alguns aspectos que consideram relevantes para a constituição deste curso: a) estratégia de mercado, diante da existência de poucas escolas privadas instaladas em Salvador na época; b) ofertar um curso que pudesse contribuir com a sociedade geral, e baiana em particular; c) afinidade e conjunto de competência das pessoas que faziam parte do grupo de fundadores da instituição.

O Curso de Administração foi autorizado a funcionar (no turno noturno) pelo decreto federal 97.730/89, tendo o seu primeiro vestibular em 1990 e sua primeira turma de formandos em 1994, quando o curso foi reconhecimento pela portaria 1.804/94. O primeiro currículo do curso foi elaborado com base no Parecer 307/66. Este fato demonstra como tardiamente a área de administração procedeu a atualização à sua legislação.

O curso da FRB foi concebido com o objetivo de “atribuir à formação do administrador um padrão de excelência que permita distinguir o profissional dos seus cursos no mercado de trabalho”. (Faculdade Ruy Barbosa, 1994,p.8) Em 1995 o curso de Administração da FRB promoveu a primeira alteração decorrente da resolução 02/1993. Já em 2004, a Faculdade Ruy Barbosa realizou uma “reavaliação e adequação” na sua estrutura curricular para atender em parte as orientações das diretrizes curriculares. Na verdade segundo o Prof. Luis Marques, que era coordenador do curso na época, “as diretrizes amparavam muito mais do que pressionavam a FRB”. *Traduzo com um processo natural. Mudamos porque era necessário mudar.*

A FRB assume como o perfil desejado do formando o mesmo descrito na nova regulamentação:

“O curso de Administração deve ensejar condições para que o bacharel em Administração esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento no seu conjunto, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como a desenvolver o alto gerenciamento e a assimilação de novas informações, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.” (Brasil,2003)

A FRB fez uma tentativa de organizar os conteúdos curriculares de acordo com a legislação ora em tela, ou seja Conteúdos de Formação Básica, de Formação Profissional, de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias; de Formação Complementar.(FRB,2004)

Reconhecendo os limites da pesquisa passaremos a seguir as descrições analíticas do currículo das instituições pesquisadas.

Quanto ao contexto de criação dos cursos, ressalta-se que a Escola de Administração da UFBA foi criada, de certo modo, induzida pelo ideário de desenvolvimento nacional e fortemente influenciado por modelo de ensino estrangeiro, enquanto que a escola de Universidade Católica de Salvador é induzida por um ideário de desenvolvimento regional. Já o curso da FRB admite-se que a criação do seu curso está ligado ao [conjunto de competências das pessoas que estavam a frente FRB naquele momento](#). Na escola de administração da UFBA os aspectos políticos, tanto nacionais com regionais, foram decisivos para sua criação, bem como sofreu forte influência e reestruturação decorrente da Reforma Universitária.

Diferentemente da UFBA e da UCSAL, que já possuíam outros cursos, quando suas escolas de administração foram criadas a FRB foi criada com apenas dois cursos, sendo um dele o de Administração. Em contrapartida, a formação generalista é o objetivo das três instituições de ensino

pesquisadas.

Com relação ao pressuposto que as escolas procediam as alterações curriculares para atender, preferencialmente, os aspectos legais em detrimento aos aspectos ligados aos estudos curriculares, pode afirmar, de certa maneira, que todas as escolas confirmaram este pressuposto. Faculdade Ruy Barbosa é a instituição mais próxima desta ação, uma vez que as duas reformas realizadas na instituição foram realizadas no período determinado pela regulamentação. Por outro lado, não encontraram-se indícios de debates, promoção de seminários ou qualquer outro espaço destinado a discutir a teoria curricular, desenhos curriculares, elaboração de projeto pedagógico, perfil profissional etc. Acredita-se que a fiscalização mais intensa nas faculdades privadas provoca tal fenômeno, ou seja, o atendimento irrestrito a regulamentação.

Já UCSAL, além do atendimento a legislação nas reformas ocorridas em 1995, 1998 e 2004 também se criou espaços para se discutir questões filosóficas e epistemológicas do processo de educação, ensino e aprendizagem, incluindo questões ligadas à concepção de currículos. Das IES pesquisada, a UCSAL foi instituição de ensino que de maneira antecipada, iniciou a discussão sobre as Diretrizes Curriculares, bem com a elaboração dos projetos pedagógicos dos seus cursos de graduação.

Enquanto isto a Escola de Administração da UFBA realizava a sua primeira reforma em 1993 com o simples objetivo de separar os currículos de administração pública e administração e de empresas. E a segunda reforma promovida em 1998 teve com referência a Resolução 02/93, enquanto que neste período Ministério da Educação já convocara as IES para discutir as Diretrizes Curriculares. Essa defasagem pode ser alvo de comparação com outras instituições de ensino, a exemplo da UCSAL que no mesmo período já incluía as diretrizes curriculares em seu projeto pedagógico. Logo, conclui-se a universidade pública apesar de não ser o alvo constante de fiscalização também não possui posição de vanguarda nas inovações e alterações curriculares. Também não há indícios de espaço para debates e construção das propostas curriculares. Não se encontrou o projeto pedagógico do curso da UFBA.

No ano de 2006 a Escola de Administração da UFBA tenta acompanhar as orientações do Conselho Nacional de Educação, através das resoluções 01/2004 e 04/2005, sendo proposta uma nova organização curricular para o curso, muito próxima da idéia do primeiro currículo uma formação mais geral nos três primeiros anos e uma área de concentração no último ano, porém o título continuará bacharel em administração. Este processo de reestruturação ainda está em andamento. O que vale ressaltar é que mais uma vez a Escola de Administração da UFBA se volta tardiamente para as orientações do Ministério da Educação.

O segundo pressuposto deste trabalho indica que além de atender preferencialmente aos marcos regulatórios, as escolas de administração o fazem de maneira superficial e limitada.

Esta idéia está intimamente ligada ao debate sobre a definição do “currículo mínimo” vigente deste a primeira regulamentação do curso até a instituição das diretrizes curriculares. O consenso dominante é que estas regulamentações continham orientações rígidas e detalhadas sobre a concepção dos currículos. Porém, a análise nos documentos que oficializaram estas orientações encontrou-se um cenário diferente.

O parecer do currículo mínimo instituído em 66, não poderia ser mais claro ao afirmar “com a liberdade que lhes é atribuída aqui, as escolas poderão ministrar as matérias do currículo mínimo com diferentes dosagens de tempo e de acento quanto aos objetivos, assim como organizar cursos ou seminários de aplicação mais restrita ou especializada”(Brasil, 1966, p.41). Em complemento encontramos o trecho “afinal de contas, o currículo mínimo é um cabedal sobre o qual o vivo dinamismo das escolas promove as mais diversas explorações, combinando livremente os seus elementos na formação sucessiva de novos pontos de enfoque ou novas disciplinas” (p.43).

Apesar desta regulamentação ter sido fortemente influenciada pelo ideário de desenvolvimento vigente no país na época, ela fez importantes considerações ao ensino administração. Isto pode ser observado quando o relator reconhece a carência de uma “perspectiva educacional (p.41)” dos especialistas em administração que foram ouvidos pela comissão que elaborou o currículo mínimo. Ao mesmo tempo que se percebe que foi ouvido um profissional com

amplos conhecimentos sobre o papel e o significado do currículo, quando o conceito de currículo, o relatório não se limita, como acontece ainda hoje, entre muitos professores e especialistas em administração, a ver o currículo apenas com um conjunto de disciplinas selecionadas para atender uma dada formação.

Outro ponto que merece destaque no discurso do relator é que apesar de justificar e aceitar a influência americana, procura demonstrar, por outro lado, que ela deve ser admitida revestida de certas precauções, ao temer correr risco, no caso do curso de administração, “de fixar-nos sobre hipóteses transportadas de fora para cá. As ciências psicossociais no currículo de administração, destinadas a vinculá-la às condições de cada país, passariam a ter efeito contrário se nos impusessem modelos inspirados com contextos diferentes do nosso”(p.48). Assim, o relator passa a defender o papel da pesquisa e a formação de um “repertório bibliográfico próprio” para impedir as “distorções que a assistência técnica e o material de informação de procedência estrangeiras, especialmente americana, seriam capazes de provocar em nosso país”(p.48).

Diante do exposto, faz-se crer que as instituições de ensino pesquisadas realmente realizaram uma interpretação, por um lado, superficial, quando não admitem que elas possuem a liberdade para criar e gerir as suas propostas curriculares. Por outro lado, limitada, quando utilizaram-se dos requisitos mínimos desejados na formação do administrador.

A partir de 1993 passa a vigorar a Resolução 02/93, que apesar de trinta e três após o primeiro currículo, foi denominado de “novo currículo mínimo” para o curso de administração. Nesse sentido, o parecer procurar reforçar que o currículo não implica em uma “listagem de matérias, disciplinas e carga horária” (p.3), devendo o currículo pleno ser entendido “dentro de sua dimensão mais ampla”, logo o currículo mínimo deve ser visto com um “parceiro indicativo” e não como uma “norma limitativa e inibidora”(p.5)

Com a liberdade que sempre teve e raramente exercitou, a escola pode ministrar as matérias do currículo mínimo com diferentes dosagens em função de seus objetivos, assim como explorar temas, via de regra, estão, senão expressa implicitamente associados a elas.(Brasil,1993,p.5)

Quanto influência dos aspectos teóricos nas instituições de ensino superior, percebe-se que este é mínima, prevalecendo as alterações curriculares decorrentes dos dispositivos legais. No caso das instituições pesquisadas, somente a UCSAL, demonstrou tratar desta questão de maneira mais ampliada, conforme já explicado no início desta sessão. Ressalta-se que os desenhos curriculares predominantes nos cursos de administração pesquisados são os fluxogramas.

Considerações Finais

No cenário atual do ensino superior está em discussão novo desenho para as instituições de ensino superior, denominado de Universidade Nova, cujo objetivo é a flexibilização de currículos e à criação de novos modelos acadêmicos, através do bacharelado interdisciplinar. Esta proposta curricular visa proporcionar uma formação universitária geral, com uma pré-graduação que antecederá a formação profissional de graduação e a formação científica ou artística da pós-graduação.

As idéias defendidas pelos idealizadores da Universidade Nova se configuram em desafio as instituições de ensino enquanto desenho acadêmico do ensino de graduação e pós-graduação no Brasil e também da estrutura universitária e das relações da universidade com a sociedade. Este tema é pauta para estudos futuros.

Referências

CASTRO. Cláudio de Moura. O ensino de administração por um principiante. Ensaio. **Revista Organizações e Sociedade**, set/2003. Salvador. Bahia (Ensaio)

CNE. **Conselho Nacional de Educação**. Desenvolvido pelo Ministério da Educação. Apresenta pareceres, resoluções e diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em 10 jan.2006

FISCHER, Tânia. Alice através do espelho ou Macunaíma em Campus Papagalli ? Mapeando Rotas de Ensino dos Estudos Organizacionais no Brasil. **Revista Organizações e Sociedade**.v10.n.28 ago/dez,2003.Salvador.Bahia

_____. **Ensino de Administração: é urgente a mudança dos currículos ? Boletim nº 1**. Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração,1980.Mimeo

GOODSON, Ivor. F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003

NICOLINI, Alexandre Mendes. **A Graduação em Administração no Brasil: uma análise das políticas públicas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

SILVA, Tomaz Tadeu. Apresentação. In: GOODSON, Ivor. F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003

SKORA, Cláudio Marlus; MENDES, Dayse. As coisas novas: porque TGA parou no tempo. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, 25., 2001, Campinas. **Anais Eletrônicos...** Campinas: ANPAD, 2001

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas**. Desenvolvido pelo Ministério da Educação. Apresenta levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 10 jan. 2006

PORTAL SiedSup. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais. Disponível em <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2006.

ⁱ Depoimento Oral em 04 de abril de 2007

ⁱⁱ Depoimento Oral em 28 de abril de 2004